



PRF e PF

**POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL E POLÍCIA
FEDERAL**



PRF e PF

**POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL E POLÍCIA
FEDERAL**



EXPEDIENTE

Autor

Bruna Pinotti Garcia Oliveira
Evelise Leiko Uyeda Akashi
Evelise Leiko Uyeda Akashi
Fernando Paternostro Zantedeschi
Janaina Lopes de Oliveira
Letícia Veloso
Ricardo Bispo Razaboni Junior
Rodrigo de Carvalho Gonçalves
Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

PRF e PF : Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal / [Bruna Pinotti Garcia Oliveira]...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.

322 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-15-3

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios 3. Polícia Federal - Concursos 4. Polícia Rodoviária Federal I. Oliveira, Bruna Pinotti Garcia

CDU 35.08(079.1)

18-0296

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT010-B-19-PRF-PF

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático.....	43
Física.....	67
Conhecimentos Gerais e Atualidades	81
Direito Penal.....	95
Direito Processual Penal.....	111
Legislação do Trânsito - STN.....	131
Legislação da PRF	149
Administração Geral	165
Administração Pública.....	173
Arquivologia.....	181
Administração de Recursos Materiais.....	187
Administração Financeira e Orçamentária	193
Gestão de Pessoas.....	203
Direito Constitucional.....	215
Direito Administrativo	225
Direito Processual Civil	235
Direitos Humanos	245
Ética no Serviço Público	255
Legislação Especial	265

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES.

Professora de curso preparatório para concursos.

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros. Trabalhos realizados notadamente na área de direito eletrônico, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

Advogada e pesquisadora.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos designados com o código **C**, caso julgue o item CERTO; ou com o código **E**, caso julgue o item ERRADO.

1. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Um PRF, ao desviar de um cachorro que surgiu inesperadamente na pista em que ele trafegava com a viatura de polícia, colidiu com veículo que vinha em sentido contrário, o que ocasionou a morte do condutor desse veículo. Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir:

Em razão da responsabilidade civil objetiva da administração, o PRF será obrigado a ressarcir os danos causados à administração e a terceiros, independentemente de ter agido com dolo ou culpa.

() CERTO () ERRADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

2. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Um PRF, ao desviar de um cachorro que surgiu inesperadamente na pista em que ele trafegava com a viatura de polícia, colidiu com veículo que trafegava em sentido contrário, o que ocasionou a morte do condutor desse veículo.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir:

Não poderá ser objeto de delegação a decisão referente a recurso administrativo interposto pelo PRF contra decisão que lhe tiver aplicado penalidade em razão do acidente.

() CERTO () ERRADO

SERVIDORES PÚBLICOS

3. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) Um PRF, ao desviar de um cachorro que surgiu inesperadamente na pista em que ele trafegava com a viatura de polícia, colidiu com veículo que trafegava em sentido contrário, o que ocasionou a morte do condutor desse veículo.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir:

Ainda que seja absolvido por ausência de provas em processo penal, o PRF poderá ser processado administrativamente por eventual infração disciplinar cometida em razão do acidente.

() CERTO () ERRADO

4. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue:

Anulado o ato de demissão, o servidor estável será reintegrado ao cargo por ele ocupado anteriormente, exceto se o cargo estiver ocupado, hipótese em que ficará em disponibilidade até aproveitamento posterior em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis.

() CERTO () ERRADO

5. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue:

O servidor público federal investido em mandato eletivo municipal somente será afastado do cargo se não houver compatibilidade de horário, sendo-lhe facultado, em caso de afastamento, optar pela sua remuneração.

() CERTO () ERRADO

6. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue:

Não é possível a aplicação de penalidade a servidor inativo, ainda que a infração funcional tenha sido praticada anteriormente à sua aposentadoria.

() CERTO () ERRADO

7. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que concerne ao regime jurídico do servidor público federal, julgue:

A nomeação para cargo de provimento efetivo será realizada mediante prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos ou, em algumas situações excepcionais, por livre escolha da autoridade competente.

() CERTO () ERRADO

8. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) Julgue o item que se segue, referente à administração pública.

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação precedente em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei ordinária, com exceção das nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. A não observância das referidas exigências implicará a punição da autoridade responsável e a manutenção dos efeitos do ato, nos termos da lei.

() CERTO () ERRADO

9. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) A respeito do ato administrativo, julgue o item a seguir.

A licença para tratar de interesses particulares, prevista na Lei nº 8.112/1990, exemplo de ato discricionário, pode ser revogada pela administração pública.

() CERTO () ERRADO

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

10. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere ao regime jurídico administrativo, julgue:

Somente são considerados atos de improbidade administrativa aqueles que causem lesão ao patrimônio público ou importem enriquecimento ilícito.

() CERTO () ERRADO

ATOS ADMINISTRATIVOS

11. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) No que se refere ao regime jurídico administrativo, julgue:

A administração não pode estabelecer, unilateralmente, obrigações aos particulares, mas apenas aos seus servidores e aos concessionários, permissionários e delegatários de serviços públicos.

() CERTO () ERRADO

12. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) A respeito do ato administrativo, julgue o item a seguir.

A anulação de um ato administrativo depende de determinação do Poder Judiciário. A revogação, por outro lado, pode se dar por meio de processo administrativo.

() CERTO () ERRADO

13. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) A respeito do ato administrativo, julgue o item a seguir.

É o atributo da autoexecutoriedade o que permite à administração pública aplicar multas de trânsito ao condutor de um veículo particular.

() CERTO () ERRADO

14. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) A respeito do ato administrativo, julgue o item a seguir.

Nem toda ação da administração pública é considerada ato administrativo, a exemplo daquelas praticadas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista.

() CERTO () ERRADO

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

15. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) Acerca do controle da administração, julgue o item que se segue.

O controle parlamentar exercido pelo Poder Legislativo não se limita às hipóteses previstas na CF.

() CERTO () ERRADO

16. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) Acerca do controle da administração, julgue o item que se segue.

A convocação de determinadas autoridades públicas para prestar informações à administração não se inclui entre as possibilidades de controle parlamentar exercido sobre a administração pública.

() CERTO () ERRADO

17. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) Acerca do controle da administração, julgue o item que se segue.

A autorização do Senado Federal, necessária para que a União, os estados, o Distrito Federal ou os municípios contraíam empréstimos externos, é exemplo de controle prévio ou preventivo.

() CERTO () ERRADO

18. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) Acerca do controle da administração, julgue o item que se segue.

No exercício da fiscalização administrativa, somente o controle hierárquico da administração pública poderá ocorrer de ofício.

() CERTO () ERRADO

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO

19. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) No que se refere aos poderes da administração, julgue o item seguinte.

Ao aplicar penalidade a servidor público, em processo administrativo, o Estado exerce seu poder regulamentar.

() CERTO () ERRADO

20. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) No que se refere aos poderes da administração, julgue o item seguinte.

Suponha que um particular vinculado à administração pública por meio de um contrato descumpra as obrigações contratuais que assumiu. Nesse caso, a administração pode, no exercício do poder disciplinar, punir o particular.

() CERTO () ERRADO

21. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) No que se refere aos poderes da administração, julgue o item seguinte.

Em decorrência do poder regulamentar, a administração pública pode utilizar o regulamento autorizado para fixar normas técnicas, de forma que um regulamento sobre temática não prevista em lei, por exemplo, será considerado válido.

() CERTO () ERRADO

22. (PRF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2012) No que se refere aos poderes da administração, julgue o item seguinte.

No âmbito interno da administração direta do Poder Executivo, há manifestação do poder hierárquico entre órgãos e agentes.

() CERTO () ERRADO

1.

A Administração terá o dever de indenizar, independente da apuração de culpa, mas o mesmo não se aplica ao PRF. Afinal, a responsabilidade do Estado é objetiva, mas a do servidor é subjetiva. Neste sentido, o artigo 36, § 6º, CF: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa". O PRF apenas teria que ressarcir os danos se tivesse agido com dolo ou culpa, independente do dever do Estado de indenizar.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

A afirmativa está correta porque a decisão de recurso administrativo não pode ser objeto de delegação de competência, de acordo com o artigo 13, II, Lei nº 9.784/1999: "Não podem ser objeto de delegação: [...] II - a decisão de recursos administrativos; [...]".

GABARITO OFICIAL: CERTO**3.**

Prevê o artigo 126, Lei nº 8.112/1990: "a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria". Sendo assim, a absolvição por falta de provas não impede a propositura de processo administrativo.

GABARITO OFICIAL: CERTO**4.**

Disciplina o artigo 41, § 2º, CF:

Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Ainda, o artigo 28 da Lei nº 8.112/1990 disciplina a reintegração e prevê seu § 2º: "Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitamento em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade". Assim, se o cargo que antes ocupada estiver ocupado, será reconduzido mesmo assim e o novo ocupante voltará ao cargo que anteriormente ocupava ou posto em disponibilidade.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**5.**

Disciplina o artigo 94 da Lei nº 8.112/1990:

Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições: I - tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo; II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; III - investido no mandato de vereador: a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo; b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Sendo assim, o erro está em afirmar genericamente que só haverá afastamento do mandato eletivo municipal em caso de horário incompatível, quando expressamente se prevê que para o cargo de prefeito sempre haverá afastamento.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

6.

Cabe a aplicação de cassação de aposentadoria, conforme artigo 134, Lei nº 8.112/1990: "Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão".

GABARITO OFICIAL: ERRADO

7.

Prevê o artigo 10 da Lei nº 8.112/1990:

"A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade". Sendo assim, a nomeação de cargo em provimento efetivo não pode acontecer por livre escolha da autoridade competente, nem mesmo em situações excepcionais.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

8.

Disciplina o artigo 37, II, CF:

a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Sendo assim, a primeira parte da assertiva está correta. Contudo, quanto às consequências da não observância desta norma, prevê o artigo 37, § 2º, CF: "A não observância do disposto nos incisos II e III **implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável**, nos termos da lei". Sendo assim, não somente será punida a autoridade como também o ato será considerado nulo.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

9.

Disciplina o artigo 91 da Lei nº 8.112/1990:

A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração. Parágrafo único. A licença poderá ser **interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.**

Se é concedida a critério da Administração, sem especificação de requisitos, então o ato é discricionário. Por expressa previsão legal, pode ser revogada.

GABARITO OFICIAL: CERTO

10.

A Lei nº 8.429/1992 estabelece três categorias de atos de improbidade administrativa, quais sejam: atos que importam enriquecimento ilícito, previstos no artigo 9º; atos que causam prejuízo ao erário, previstos no artigo 10; atos que atentam contra os princípios da Administração Pública, previstos no artigo 11; além de uma categoria especial consistente em ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do artigo 8º-A da Lei Complementar nº 116/2003, nos termos do artigo 10-A.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

11.

Os atos administrativos são dotados do atributo da imperatividade, pelo qual o ato pode criar unilateralmente obrigações aos particulares, independentemente da anuência destes. Daí se extrai a coercibilidade destes atos, permitindo ao Poder Público impor ao particular a obediência a eles.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

12.

A anulação do ato administrativo não depende de determinação do Poder Judiciário pois vigora o princípio da autotutela, conforme súmula 473, STF: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". Ainda, o artigo 53 da Lei nº 9.784/1999: "A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos".

GABARITO OFICIAL: ERRADO

13.

A multa não é autoexecutória, uma vez que existe a possibilidade de recurso e o infrator não será obrigado a pagar naquele momento, aliás, caso queira coagir ao pagamento a Administração terá que buscar o Judiciário. Contudo, é o atributo da imperatividade que permite à administração aplicar multa de trânsito, pois devido à imperatividade que a administração pode impor seus atos independente de anuência do administrado.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

14.

As sociedades de economia mista e as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado e, em razão disso, praticam alguns atos no mesmo nível de igualdade que um particular. Verificam-se os chamados atos da administração quando estão praticando atos regidos pelo direito privado.

GABARITO OFICIAL: CERTO

15.

O controle legislativo ou parlamentar é aquele exercido pelos órgãos legislativos ou por comissões parlamentares sobre atos do Poder Executivo. Em respeito ao princípio da independência e harmonia dos Poderes (artigo 2º, CF), somente se verifica nas situações e nos limites expressamente previstos na Constituição Federal.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

16.

Disciplina o artigo 50, *caput*, CF:

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

Sendo assim, a convocação de determinadas autoridades públicas para prestar informações à administração se inclui entre as possibilidades de controle parlamentar exercido sobre a administração pública.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

17.

Disciplina o artigo 52, V, CF: "Compete privativamente ao Senado Federal: [...] V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios". Se a autorização é feita antes do empréstimo acontecer e se, sem dúvidas, trata-se de um tipo de controle legislativo, apenas pode se classificar como controle preventivo.

GABARITO OFICIAL: CERTO

18.

Não apenas o controle hierárquico, como também o controle finalístico pode se dar de ofício. O controle hierárquico se refere à legalidade e ao mérito dos atos praticados pelos agentes e órgãos da administração, ao passo que o controle finalístico é o exercido pela administração direta em relação às pessoas jurídicas da administração indireta.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

19.

Quando aplica penalidade a servidor público, o Estado exerce o poder disciplinar, que é o poder conferido à administração para aplicar sanções aos seus servidores que pratiquem infrações disciplinares. Estas sanções aplicadas são apenas as que possuem natureza administrativa, não envolvendo sanções civis ou penais. Entre as penas que podem ser aplicadas, destacam-se a de advertência, suspensão, demissão e cassação de aposentadoria.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

20.

O poder disciplinar incide não apenas contra o servidor, mas também contra o particular com vínculo jurídico específico. Sendo assim, a administração poderá punir o particular, no exercício do poder disciplinar.

GABARITO OFICIAL: CERTO

21.

Poder regulamentar é o poder conferido à administração de elaborar decretos e regulamentos. Percebe-se que o Poder Executivo, nestas situações, exerce força normativa, expedindo normas que se revestem, como qualquer outra, de abstração e generalidade. Trata-se de prerrogativa complementar à lei, não podendo em hipótese alguma o Executivo alterar o seu conteúdo. Entretanto, poderá o Executivo criar obrigações subsidiárias, que se impõem ao administrado ao lado das obrigações primárias fixadas na própria lei. Se ocorrer abuso ao poder regulamentar, caberá ao Congresso Nacional sustar o ato: "Art. 49, CF. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...] V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa". No caso, um regulamento sobre temática não prevista em lei poderá ser sustado.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

22.

O poder hierárquico é o poder conferido à administração de fixar campos de competência quanto às figuras que compõem sua estrutura. É um poder de auto-organização. É exercido tanto na distribuição de competências entre os órgãos quanto na divisão de deveres entre os servidores que o compõem. Do poder hierárquico deriva o poder de revisão, consistente no poder das autoridades superiores de revisar os atos praticados por seus subordinados.

GABARITO OFICIAL: CERTO